

Para além da história política: História e Historiografia

Renato Amado Peixoto¹

Entrevista concedida aos integrantes
da Equipe Editorial da revista *Espacialidades*².

Espacialidades (E.) – Atualmente muito se tem discutido sobre a formação do historiador. Para começar nossa entrevista, o senhor poderia nos falar um pouco sobre sua formação acadêmica? Em termos de formação acadêmica em história, o senhor acha que muita coisa mudou de sua época até os dias atuais?

Renato Amado Peixoto (R. P.) – Julgo que minha formação é bastante atípica: sai de uma escola técnica onde fiz o curso de geodésia e cartografia (a ENCE) para cursar Comunicação Social na UFRJ e, depois de um ano, fiz meu segundo vestibular, desta vez para História na UERJ. Acabei frequentando os dois cursos durante quase dois anos até finalmente optar pela história, me formando em 1989. Lembro que ambos os cursos emprestavam uma ênfase bastante grande à formação abrangente, multidisciplinar. Na UERJ, lembro que, ao lado de

¹ Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (1986-1989), na qual também realizou sua especialização em História das Relações Internacionais (1997-1998) e fez mestrado em História Política (1998-2000). Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2001-2005). Atualmente é professor adjunto do departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trabalha com a aproximação História e Espaço, investigando as relações de produção de espacialidades e identidades no campo cultural e político. Nesse plano de fundo, interessa-se em específico pela história e historiografia da Cartografia (séculos XIX e XX); Geopolítica Crítica (séculos XIX e XX); pensamento católico e Igreja Católica (primeira metade do século XX); História da política externa brasileira; História da Historiografia e Teoria da História; e História do Rio Grande do Norte (República). Foi o organizador do livro *Nas trilhas da representação* e autor do livro *Cartografias Imaginárias*. A entrevista que se segue foi realizada via e-mail.

² Diego José Fernandes Freire; Felipe Tavares de Araújo; Gabriela Fernandes de Siqueira; Priscilla Freitas de Farias; Renan Vinícius Alves Ramalho; Tyego Franklim da Silva.

bons professores de História, tive também bons professores de Psicologia, Ciências Políticas, Filosofia, como Bernardo Jablonski, Antônio Carlos Peixoto, Guilherme Castelo Branco. Penso ver que hoje os cursos de história caminham no rumo da concentração para o que se pensa ser o nosso campo e, em minha opinião, isto é ruim, talvez por conta de ter experimentado justamente o contrário.

Somente em 1997 voltei à universidade, recomeçando meu trajeto pela Especialização em História das Relações Internacionais na UERJ, depois ingressando no Mestrado em História da UERJ e, finalmente, no Doutorado em História da UFRJ. Alguns professores foram fundamentais nesse caminho: Lúcia Paschoal Guimarães, Mônica Lessa, Carlos Maia e Manoel Salgado Guimarães. Entendo que o estímulo à formação continuada, a partir das Bases de Pesquisa e daí para a Pós-Graduação, com o apoio de Bolsas e estágios é hoje extremamente positivo e foi exatamente o que me faltou no final da década de 1980 quando me formei na graduação, portanto, percebo que, em termos do nosso campo, aconteceram mudanças para pior e para melhor.

E. – Lendo alguns textos de sua autoria, podemos perceber que muitos deles são dedicados ao problema da construção do espaço nacional, de como o Brasil foi informado, em termos territoriais, por uma série de agentes e órgãos ligados ao Estado. Na sua opinião, a história política recente tem se preocupado com as questões ligadas aos espaços? Como o senhor avalia a discussão sobre o espaço na historiografia brasileira atual?

R. P. – É interessante observar essa recepção do meu trabalho. Na verdade, eu julgava que ela se dava pelo viés da História da Historiografia uma vez que *A Máscara da Medusa*³ é, ao mesmo tempo, um prolongamento e uma variação de *Nação e Escrita da História no Brasil*, a tese de Manoel Salgado Guimarães, da História da Cartografia, da História da Ciência, por causa da cartografia ou da História dos Espaços. Veja que em *A Máscara da Medusa* persigo a ideia de que o projeto historiográfico do IHGB se inicia pela produção da história do espaço nacional e que esta instrui a construção da história da nação por conta de certas demandas que

³ Tese de doutorado do entrevistado, orientada por Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães e defendida em 2005. Ver: PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

devem ser inquiridas num *circuito de produção* que juntava a Secretaria dos Negócios Estrangeiros (o antecessor do atual Ministério das Relações Exteriores) e o IHGB.

Também em *Terra Sólida*⁴ eu já aponto a preferência pelo viés teórico e historiográfico, no caso, aproximando a Geopolítica Crítica [Critical Geopolitics] ao campo da história. O que talvez aproxime meu trabalho da história política seja o tratamento que dispense às instituições, ao Estado e às relações externas. Também penso meus projetos atuais na direção da História da Historiografia e da História dos Espaços, cada um deles situado num dos filões desenhados em *A Máscara da Medusa* e *Terra Sólida*. Investigo o circuito de produção historiográfico do século XX por meio de Jaime Cortesão e da História da Cartografia brasileira, assim como pesquiso o pensamento católico na aproximação da Geopolítica Religiosa [Religious Geopolitic] com a Geopolítica Crítica e destas com a História. Por conseguinte, não me considero autorizado a falar sobre a questão da história política, mas também não desautorizo meus leitores a fazerem as conexões que julgarem propícias.

Em relação à discussão sobre o espaço acho que apenas eu e Durval Muniz de Albuquerque Jr. trabalhamos na perspectiva de juntar essa aproximação com a história da historiografia. Acredito que nossos trabalhos se complementem na medida em que Durval Muniz de Albuquerque Jr. enfoca a questão do espaço mais a partir do cultural e do regional, enquanto que eu trabalho mais a questão da nação e do local por meio do estudo dos indivíduos e das instituições em relação ao Estado.

E. – Durante as primeiras décadas do século XX, a história política foi fartamente criticada por ter patrocinado um tipo de nacionalismo pernicioso, belicoso, inclusive. A história política também já foi criticada por ser uma “colecionadora de fatos”, com caráter enciclopédico e sem sólidas bases teóricas. Esse campo, entretanto, passou por grande renovação, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970, com estudos como os de Thompson, na Inglaterra. Por outro lado, os debates de Foucault sobre poder também foram grandes contributos nessa direção. Sabendo que muitos de seus trabalhos envolvem esse tipo de metodologia, quais seriam as possíveis contribuições da *análise de discurso* para os estudos na área da história política?

⁴ Dissertação de mestrado do entrevistado, orientada por Mônica Leite Lessa e defendida em 2000. Ver: PEIXOTO, Renato Amado. *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da escola superior de guerra na política externa do governo Castelo Branco*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2000.

R. P. – Como já coloquei, considero que não trabalho por esse viés, mas, de qualquer modo, em benefício do diálogo, devo perguntar: De que análise do discurso falamos? O que quero dizer é que não basta inquirir uma linguagem ou uma gramática das instituições e daqueles que por elas transitam, mas, distinguir quais autores e métodos que servem para trabalhar cada uma das questões que se apresentam. Não dizer de uma análise do discurso descompromissa o historiador de pensar e se pensar por meio do método e da teoria. Derrida, Ricoeur, Foucault, Bourdieu, por exemplo? O enfrentamento da questão exige pensar o que se quer e o que se quer dizer por ‘análise do discurso’, assim como por também, provoco, o que se diz de ‘história política’.

E. – **Muitos de seus artigos trabalham um tipo de política que envolve instituições ligadas ao Estado, conforme já apontamos. Seriam algumas delas, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (SENE), a Marinha, dentre outras. Há, entretanto, outros campos de estudo da política. Um dos que possui grande dinâmica e abundância de estudos no Brasil é aquele que envolve a chamada *cultura política*. Ele vislumbra especialmente a relação do Estado com a população e mesmo os espaços sem presença contundente das instituições estatais. Analisa negociações, reivindicações populares. Dessa forma, o senhor vislumbra alguma forma de diálogo possível entre esses dois tipos de estudos?**

R. P. – Fazendo, mais uma vez, a ressalva em relação à recepção do meu trabalho, mas buscando o diálogo com *uma recepção possível*, gostaria de apontar que não compreendo a dicotomia por detrás do conceito apontado, exceto se pensarmos numa história do político em termos caricatos. Pensando nos termos da produção de um *saber sobre o espaço* e de produção de *espacialidades* (conceitos que utilizo e procuro desenvolver em *A Máscara da Medusa*), entendo que estes termos pressupõem um *jogo* que é relacional, justamente porque busco evitar que a investigação se torne apenas o pressuposto para conclusões sinópticas ou desenvolvimentistas. Provoco novamente: Será que existe realmente um estudo da política que não envolva a relação do Estado com a população, ou uma política que não a considere? De novo coloco e, desta vez, mudando o termo: O enfrentamento da questão exige pensar o

que se quer e o que se quer dizer por ‘cultura política’, assim como por também o que se diz de ‘cultura política’.

E. – O capítulo *Por uma análise crítica das políticas de espaço*, de sua obra *Cartografias Imaginárias* (2011), traz um subtítulo provocante: *isto pode ser chamado de estudo do “Geopoder”*? Neste texto, o senhor explora as análises de Michel Foucault (1926-1984) em torno da questão do *biopoder*. O senhor mostra ainda que, mesmo tendo feito referência a um “racismo biológico social”, tal noção foucaultiana, desenvolvida nos últimos capítulos de *História da sexualidade: a vontade saber* (1976), não se preocupou com a questão do imperialismo. Seu trabalho aventa, então, uma possibilidade de desdobramento, no sentido de relacionar a lógica de poder do Estado com os insumos que viabilizaram o surgimento de uma *Geopolítica Imperialista*: “racismo, nacionalismo e a dinamização dos dispositivos político-militares” (PEIXOTO, 2011, p. 144). O senhor poderia nos explicar qual foi o percurso teórico-metodológico que possibilitou a aproximação da teoria foucaultiana com essa questão espacial e os desdobramentos dela?

R. P. – Na verdade, o diálogo que procuro fazer não é com Foucault, mas com Gearóid Ó Thuathail e a partir do texto fundador da Geopolítica Crítica: ‘Geo-Power’. No caminho que aponte em *Terra Sólida* e em *Zona de Confluo*⁵, busco contribuir para a aproximação da Geopolítica Crítica com a história dos espaços arremetendo a essa aproximação epistemologicamente. Gearóid Ó Thuathail institui o problema constituidor da Geopolítica Crítica a partir do exame dos textos *Em defesa da Sociedade e Segurança, território e população* de Foucault e não de *História da sexualidade* e, é por meio deles que reflito. Gearóid Ó Thuathail, como vários outros historiadores e geógrafos, aponta o problema de Foucault não considerar o Imperialismo em sua análise e eu, a partir de um reexame daqueles textos de Foucault, busco compreender historiograficamente tal opção ou *esquecimento* de Foucault, de modo a propor uma variante da ideia de *Geopoder* [Geo-Power] que possa ser mais adequada ao nosso campo e as minhas preocupações. Não busco “relacionar a lógica de poder do Estado com os insumos que viabilizaram o surgimento de uma *Geopolítica*

⁵ PEIXOTO, Renato Amado. Zona de confluência: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia. *Revista Porto*, v. 1, p. 111-126, 2011.

Imperialista”, mas incorporo o raciocínio de Gearóid Ó Thuathail, baseado em Foucault e Derrida, de que sempre existiu uma relação poder-espço e que esta considera antes um *saber sobre o espaço* e, que o termo ‘geopolítica’ deve ser questionado porque depende de se pensar um saber constituído em torno dos *insumos* (caberia aqui a citação ao meu texto) que constituíram o Imperialismo, daí entendo que pensar um *saber sobre o espaço* seja também uma tarefa da *história dos espaços*, pelo menos como eu a concebo. Devo agradecer aqui pela oportunidade de esclarecer o diálogo com Gearóid Ó Thuathail que, de resto, deveria ter sido esclarecido para a audiência de *Cartografias Imaginárias* e, especialmente, para a compreensão de *Por uma análise crítica das políticas de espaço* – minha culpa.

E. – O artigo do senhor intitulado *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*, presente no livro *Nas trilhas da representação* (2012), é uma referência importante para a compreensão de como a identidade e a espacialidade norte-rio-grandense foram construídas nesse período de transição e construção do governo republicano. Foi nessa conjuntura que uma nova *organização familiar* – os Albuquerque Maranhão - assumiu o poder no estado do Rio Grande do Norte e seus interesses deixaram de ser conquistados por meio de uma ordem baseada na fluidez do espaço, que diluía as tensões. Nesse artigo, o senhor optou por utilizar o conceito de *organização familiar* descartando o de *oligarquia*, utilizado por vários trabalhos de história política referentes ao período conhecido como República Velha. O senhor poderia comentar mais um pouco essa sua escolha conceitual?

R. P. – Minha escolha foi militante, no sentido de ser provocativa e, ao mesmo tempo instigante para o campo da História Regional e Local. De uma maneira ampla pergunto: Que História Regional e Local vocês pesquisam ou esperam conceber? Como trabalhar uma História Regional ou uma História Local no Brasil sem considerar uma História da Historiografia, sem observar que as histórias locais e as histórias regionais guardam uma relação constitutiva com o projeto histórico da nação e com os *circuitos de produção* da história e do espaço do XIX e XX? Porque homogeneizar certa compreensão em direção a processos regionais e locais que se mostram, muitas vezes, tão diferentes? Como não notar que a investigação será naturalizadora de uma produção emasculada? Ora, não questiono se

pensar apenas em ‘oligarquias’ seja uma boa solução pedagógica, mas, ela será adequada para quem e para o que? O que se pretende com isso? Será que já nem se pensa nisto?

Historiograficamente, a questão de considerar o termo oligarquia em sua multiplicidade e de fazer a história falar por elas é uma opção antiga, já fora apontada por Sílvio Romero em 1908 e alargada por Edgard Carone em 1972, como indico em meu texto. *Organização Familiar* é uma releitura dessas opções que considera as possibilidades em torno dos conceitos de *tradução* e *hibridismo*, colocados por Derrida e Homi Bhabha, respectivamente. Coloco essas possibilidades por meio do exame da produção de espacialidades e identidades *no Rio Grande do Norte* e por uma reflexão dos termos de produção da espacialidade e da identidade da *nação*. É uma opção militante, reconheço, mas que interessa à inteligência do Regional e do Local, e produzo essa opção utilizando os recursos disponibilizados pela história da historiografia e pela história do Rio Grande do Norte.

E. – Partindo da compreensão do seu livro *Cartografias Imaginárias*, o projeto histórico-político do IHGB baseou-se no esforço de produzir uma visão homogeneizadora acerca da nação e da identidade nacional, que possibilitasse uma unidade entre as elites dispersas no território brasileiro, integrando “o centro e as partes” numa ambição de configurar/delimitar um território nacional. A discussão em torno da concentração de poderes e da existência de centros e periferias também está presente no livro *O Centro e a Periferia* (1974) do sociólogo norte-americano Edward Shills (1910-1995). Nesse sentido, o senhor poderia explicitar como dialogou sua ideia de “centro e partes” com a discussão do intelectual estadunidense mencionado?

R. P. – Acho que é necessário revisitar Manoel Salgado Guimarães para melhor compreendermos a intelecção daquilo que ele chamaria de projeto historiográfico do IHGB. Em *Historiografia e Nação no Brasil* o leitor não é apenas levado a perceber as dinâmicas criativas e estratégicas que se desenrolam no IHGB, mas também a (re)conhecer uma personagem, Varnhagen, que será integrada ao texto não apenas por meio do exame de seu legado intelectual, mas também pelo descortinamento de suas escolhas e pela tentativa de compreender a sua cognição do Brasil. É esta compreensão que permite a Manoel Salgado

Guimarães inteligir não apenas uma posição de Varnhagen, mas os limites e as tensões que acompanham e perpassam o projeto nacional brasileiro.

Para que isto se torne mais claro, é interessante percebermos que Manoel Salgado Guimarães vai a Berlim redigir sua tese levando em mente a ideia de nação e de nacionalismo que Hanna Arendt apresenta em *As Origens do Totalitarismo*, a saber, a ideia de que a nação é o instrumento que possibilita a cidadania contra as forças que buscam dissolver as conquistas enfiadas no humanismo. Por conseguinte, o projeto nacional foi inteligido por Manoel como um processo que reflete não apenas uma visão que os homens do IHGB têm da Europa, mas as tensões profundas que marcaram a produção da nação, as quais foram apontadas em *A Invenção do Brasil* por Afonso Marques dos Santos, um dos interlocutores de Manoel Salgado Guimarães. A meu ver, o sentido da obra de Varnhagen no projeto historiográfico do IHGB, para Manoel Salgado Guimarães, não é a homogeneização de uma visão, mas o *resultado possível* – não é a hegemonia, mas o *acordo* no sentido que foi expresso por Edward Shils, que liga indelevelmente o centro às partes e insere as partes no centro.

Por conta disto, aponto que no IHGB foi necessário pensar o espaço da nação primeiro e, somente a partir deste a sua história. O texto de Manoel Salgado Guimarães converge do IHGB para a figura de Varnhagen de modo a inquirir o sentido da historiografia no projeto nacional e, ao mesmo tempo, tornar a história da historiografia brasileira um campo em meio a outros campos da História do Brasil. Ao final, entendemos que a cognição da nação pode ser deslindada pela história de sua historiografia.

E. – Conforme *Cartografias imaginárias*, pressupomos que o senhor estuda as imagens mentais e visuais, sobretudo no que diz respeito às construções cartográficas fabricadas dentro do projeto histórico-político do IHGB no século XIX. No campo das representações políticas, o senhor analisa os produtos cartográficos a partir de um conjunto de imagens e símbolos, sobre o qual são inscritos enunciados, discursos e significados que correspondem à dinâmica da política fronteira do Brasil, no qual estão embutidas relações de poder e de interesses sobre a construção do espaço nacional brasileiro. O senhor poderia comentar como esses produtos cartográficos participaram de uma estratégia política de promover um consenso acerca do espaço e da identidade?

R. P. – Aponto em duas palestras recentes – *Os Espelhos de Uqbar* e *Sob as vistas lisongeadas de Clio e Urânia* – que a História da Cartografia é considerada como uma disciplina autônoma, com uma intensa e dinâmica discussão teórica e historiográfica que a situa no ponto de contato entre a História, a Geografia e a História das Ciências. Desde o *giro paradigmático*, deslançado nas décadas de 1980-1990 por Brian Harley e David Woodward, não se trata mais de defender se os mapas podem ser compreendidos a partir dos seus próprios insumos, mas como lê-los. Nesse sentido, deve-se saber que Brian Harley desde a década de 1980 já havia se afastado da iconografia, apontando que os mapas deveriam ser compreendidos como textos e que um sistema interno e um sistema externo à cartografia deveriam ser distinguidos para que se pudesse aventar sua compreensão.

Foi esse sentido que procurei desenvolver, já em 2004, no artigo *A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos*⁶ e, no ano de 2005, em *A máscara da Medusa*. Por conseguinte, não estudo o mapa como imagem ou construção mental, nem trabalho no mapa o problema da representação política, mas proponho a ideia de que a cartografia era *metalógica* para aqueles que participaram do projeto historiográfico, ideia esta que se ancora na compreensão de que história e geografia mal se separavam no XIX e que este problema não se resolve no Brasil até a década de 1950. Trabalhei este problema em *Zona de Confluo*, *Os Espelhos de Uqbar* e *Sob as vistas lisongeadas de Clio e Urânia*.

Ao contrário de entender que os produtos cartográficos participaram de uma estratégia política, postulo que *aquilo* cuja *enérgeia* tinha como base o saber sobre o espaço brasileiro – por exemplo, a ‘estratégia política’ – é que dependia da cartografia e da hachura que se produz no confluxo entre história e geografia para poderem ser expressos...

E. – Na leitura de *Cartografias Imaginárias*, percebemos que uma das principais contribuições e originalidades desse livro gira em torno da questão cartográfica. Numa sessão do primeiro capítulo, intitulada *O estudo cartográfico*, o senhor tece uma série de considerações teórico-metodológicas a respeito das premissas mais usuais da chamada *cartografia histórica*, e constrói a partir daí uma contra proposta. Diante disto, gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sobre as leituras ou experiências acadêmicas que o estimularam a adotar essa (contra) postura, bem como os possíveis ganhos que essa visão pode oferece ao trabalho historiográfico.

⁶ PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Revista Anos 90* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 19, p. 298-318, 2004.

R. P. – Como já disse, o giro paradigmático foi deslançado pela atuação de Brian Harley e David Woodward e esta se consolidou por conta do sucesso obtido no projeto da universidade de Wisconsin-Madison para publicação da coleção *History of Cartography*. No caso, busquei desde *A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos* explicitar minhas posições na direção de desenvolver o conteúdo e as propostas de Brian Harley e David Woodward. Para minha satisfação, as colocações de Matthew Edney, atual diretor do projeto *History of Cartography*, têm caminhado na mesma direção daquilo que venho trabalhando: Entender não a existência de uma cartografia, mas de múltiplas cartografias, as quais interagem em seus processos, dos quais devemos inquirir a função. Essa proposta – que você chama de (contra) postura – vai exatamente se contrapor à visão tradicional da cartografia, que se enxerga única e em progresso constante.

Por conta de entender a cartografia como metalógica para o projeto historiográfico, como já disse anteriormente, considero que minha proposta tenha concorrido para que se melhor compreendam as condições a partir das quais a história e a geografia brasileira foram raciocinadas e produzidas: Que isto acresça ao sentido que Manoel Salgado Guimarães atribuía tanto a história quanto ao historiador da nossa historiografia!